

TRADIÇÕES DISCURSIVAS EM CARTAS DE LEITORES NA IMPRENSA PAULISTA: ESTUDO DOS PAPÉIS SOCIAIS E FORMAS DE TRATAMENTO NUMA PERSPECTIVA DIACRÔNICA

Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira ANDRADE¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho, que faz parte do *Projeto História do Português Paulista*, é investigar, em cartas de leitores, a questão da interação social observada no uso das formas de tratamento, com base no conceito de Tradições Discursivas (TD) proposto por Koch (1990) e retomado por Kabatek (2006), associado à concepção bakhtiniana de linguagem como atividade dialógica. As TD são tomadas como “técnicas e modelos historicamente convencionalizados e que permitem reconhecer os textos como pertencentes a uma dada época”. Analisa-se, portanto, o imbricamento do lingüístico-discursivo e do histórico, visando a traçar aspectos da história social do português paulista, captando pela linguagem as formas textuais-enunciativas pelas quais o discurso se concretiza. Nesse sentido, o gênero carta do leitor é analisado a partir das marcas lingüísticas encontradas em 14 cartas publicadas nos jornais, *Farol Paulistano*, *Província de São Paulo* e *Correio Paulistano*, no final do século XIX. Por meio dessa análise, observa-se a evolução do próprio gênero, sua função em épocas distintas, verificando seu papel no desenvolvimento ou (re)criação de outros gêneros na imprensa contemporânea. Para tanto, será feito um recorte e discutidas as formas de tratamento encontradas (senhor, Vossa Mercê, voçuncê, mecê, tu, você), que evidenciam relações sociais distintas e determinações pragmáticas nas escolhas feitas pelos enunciadorees. Os resultados preliminares indicam que esse gênero epistolar revela uma TD do português paulista, indicando um uso próprio das formas de tratamento que refletem as mudanças sociais efetivadas ao longo do tempo

PALAVRAS-CHAVE: tradições discursivas; gênero discursivo; cartas de leitores; papel social.

Conceito de Interação

A interação é considerada um dos componentes do processo de comunicação, isto é, faz parte de toda atividade de linguagem, construindo efeito de sentido nesse processo. Para Bakhtin (1929), ela “é a realidade fundamental da linguagem”. Segundo Brait (1993, p. 194), “é um fenômeno sociocultural, com características lingüísticas e discursivas passíveis de serem observadas, descritas, analisadas e interpretadas”.

¹ USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, São Paulo, SP, Brasil, CEP 05508-900, maluvictorio@uol.com.br

Ao estudar um texto através da perspectiva diacrônica, deve-se observar as relações interpessoais veiculadas pela maneira como a situação comunicativa está organizada. Isso significa que o texto deve ser observado não apenas em relação ao que está dito, mas também as formas da maneira de dizer, pois estas permitem uma leitura dos implícitos que se revelam e evidenciam a interação “como um jogo de subjetividades, um jogo de representações em que o conhecimento se dá através de um processo de negociações, de trocas, de normas partilhadas, de concessões” (BRAIT, 1993, p. 194).

Em toda interação, os interlocutores estão reunidos sob determinadas condições “contratuais”, que estão diretamente ligadas ao contexto situacional e aos papéis sociais dos participantes dessa interação. Uma análise textual deve, portanto, levar em conta os traços lingüísticos que permitem reconhecer a intencionalidade do enunciador, os efeitos de sentido construídos por esse enunciador ou pelo locutor por ele instaurado/instituído, e a persuasão ou manipulação que o enunciador busca exercer sobre o euniciatário (leitor).

Conforme aponta Bakhtin (1927, p. 9):

O significado e a importância de um enunciado (seja qual for a espécie particular deste enunciado) não coincide com a composição puramente verbal do enunciado. Palavras articuladas estão impregnadas de qualidades presumidas e não enunciadas (...) A vida, portanto, não afeta um enunciado de fora; ela penetra e exerce influência num enunciado de dentro, enquanto unidade e comunhão de existência que circunda os falantes e unidade e comunhão de julgamentos de valor essencialmente sociais, nascendo deste todo sem o qual nenhum enunciado inteligível é possível. A enunciação está na fronteira entre a vida e o aspecto verbal do enunciado: ela, por assim dizer, bombeia energia de uma situação da vida para o discurso verbal, ela dá a qualquer coisa lingüisticamente estável o seu momento histórico vivo, o seu caráter único. Finalmente, o enunciado reflete a interação social do falante, do ouvinte e do herói como o produto e a fixação, no material verbal, de um ato de comunicação viva entre eles.

Segundo o autor, todas as línguas possuem meios gramaticais de expressão dos aspectos das diferentes atividades humanas e os papéis que os interlocutores desempenham em tais atividades: “primeira, segunda, terceira pessoas e estrutura de sentença variável de acordo com a pessoa do sujeito (“eu” ou “você” ou “ele”). A forma de uma proposição sobre

uma terceira pessoa, a forma de um tratamento de uma segunda pessoa, a forma de um enunciado sobre si próprio (e suas modificações) já são diferentes em termos de gramática. Assim, aqui a própria estrutura da língua reflete o evento da inter-relação entre os falantes” (p. 16).

Desse modo, o conceito de interação é parte integrante da concepção de linguagem que orienta os estudos dialógicos do discurso, estudos esses que buscam olhar para a materialidade lingüística e para a situação comunicativa constitutivas de uma enunciação e de um enunciado concreto, visando a observar as condições de produção, de circulação e de recepção de uma determinada situação comunicativa: em nosso *corpus*, as cartas do leitor.

Para discutir a questão do interlocutor, ou como dizia Bakhtin, para tratar do conceito do *outro*, é preciso considerar o papel do ouvinte/leitor, visto que :

(...) a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. *A palavra dirige-se a um interlocutor*; ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato: não teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado (BAKHTIN, 1927, p. 112).

A relação dialógica é, portanto, condição de linguagem. No texto escrito, há o estabelecimento de uma relação dialógica ou diálogo, em sentido amplo, entre o enunciador (autor/escrevente) e o enunciatário (leitor). Cabe lembrar que a atividade verbal sob a forma escrita também é orientada em função de intervenções anteriores da mesma natureza. Ao analisar o texto escrito é necessário levar em conta não só o conteúdo e a relação do enunciador com esse conteúdo, mas principalmente a relação do enunciador com o outro e com os discursos desse outro, explicitados ou presumidos (cf. BRAIT, 2002, p.155).

Em relação às cartas do leitor, importa dizer que estão relacionadas a assuntos vividos pela sociedade da época e noticiados nos jornais ou a aspectos pessoais. Daí a motivação para escrever no jornal, tendo a possibilidade de o leitor publicar sua crítica, opinião ou pedido pessoal.

O *corpus* é constituído de 14 cartas publicadas entre os anos de 1828 e 1893, nos seguintes jornais paulistas: *Farol Paulistano*, *Diário de São Paulo*, *A Província de São Paulo*, *Correio Paulistano*.

O contexto de situação em que as cartas se efetivam está revelado no próprio texto. Tal revelação não se dá de uma forma mecânica, mas por meio de um relacionamento sistemático entre o meio social, de um lado e a organização funcional da língua, de outro. Na visão de Maingueneau (2001, p. 54), a interação – denominada por ele de *interatividade* - é elemento fundamental do discurso/texto, ou seja, é constitutiva, “é uma troca explícita ou implícita, com outros enunciadoreis, virtuais ou reais, e supõe a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu discurso”.

Caracterização do Gênero Carta do Leitor²

Na visão de Bakhtin (1997), as sociedades e culturas são várias, assim como suas atividades, cuja mediação é feita pela linguagem. Os usos dessa linguagem são tão variados quanto variadas forem as atividades humanas, que moldam a linguagem por meio de enunciados relativamente estáveis, garantindo a comunicação verbal. Esses enunciados constituem os chamados gêneros discursivos.

² O uso da designação *gênero carta*, em vez de *gênero epistolar*, busca dar ênfase ao sentido de unidade de comunicação construída em contextos funcionais específicos, evitando conotações literárias.

Os gêneros discursivos são textos empiricamente realizados, encontrados na sociedade de forma materializada, tais como: notícia, artigo, entrevista, carta, bilhete, crônica, romance, receita culinária, situados no espaço e no tempo.

Para Marcuschi (2001a, p. 43), a definição dos gêneros é de natureza sócio-comunicativa, baseada em parâmetros pragmáticos e discursivos, visto que sua sedimentação se dá por meio de práticas sociais que visam a determinados propósitos comunicativos.

O gênero discursivo carta permite uma variedade de tipos de comunicação, tais como: pedido, agradecimento, conselho, congratulações, desculpas, informações, intimação, prestação de contas, notícias familiares, etc. Silva (1997) afirma que, embora sendo cartas, não são da mesma natureza, pois circulam em campos de atividade diversos, apresentando funções comunicativas variadas: nas relações pessoais, nos negócios, entre outras. Desse modo, esses tipos de cartas podem ser considerados subgêneros do gênero maior “carta”, pois todos apresentam traços comuns, sua estrutura básica: a seção de contato, o núcleo da carta e a seção de despedida; mas são classificados quanto à forma de realização e suas intenções. Assim, encontramos carta pedido, carta resposta, carta pessoal, carta programa, carta circular, carta do leitor, carta ao leitor (carta do redator ou carta do editor), etc.

Segundo Bouvet (2006, p. 23-24), definir o gênero carta como comunicação:

é sem dúvida dar uma definição insuficiente, é não levar em conta a dinâmica que a sustenta, mas esta definição tem a propriedade de recortá-la como comunicação à distância em oposição à comunicação pessoal, direta, face a face. O que a carta perde em expressão gestual e interativa ganha em sua capacidade de autonomia e de distanciamento. (...)

Embora seja uma atividade interpessoal à distância, em forma de um diálogo por escrito, que supõe um espaço e um tempo distintos entre emissor e receptor, mediados por

um suporte material (o correio, o jornal ou o computador) a carta estabelece uma interação pessoal, oral, direta mantendo características da oralidade. E nas palavras de Adorno, (1984: 415):

A carta incita de antemão a mediatizar, a objetivar a imediatividade. Escrever cartas é simular o vivo em meio da palavra fixada. Na carta não se pode negar a solidão sem deixar de ser distante, solitário (...) As cartas são figuras de uma voz que fala, que escreve falando”

Em oposição ao texto literário, a prática de escrever cartas está associada a um gesto de improvisação, à escritura do cotidiano como primeira experiência escrituraria e, na visão de Bouvet “escritura não escrita” porque é feita de maneira direta sem apagamentos:

Atravessada pelo *topos* do ‘correr da pena’, a carta se associa ao mito da sinceridade, à transparência e à espontaneidade da escritura sobre a qual não se volta, coincidência perfeita entre dizer e sentir (p.24).

A carta do leitor, foco deste trabalho, é um texto que circula no contexto jornalístico em seção fixa de jornais e revistas, denominada comumente de cartas, cartas à redação, carta do leitor, painel do leitor, destinada à correspondência dos leitores. Em outras palavras, a carta é utilizada em situação de ausência de contato imediato entre remetente e destinatário, que não se conhecem (o leitor e a equipe editorial do jornal ou da revista) visando a atender vários propósitos comunicativos: opinar, agradecer, reclamar, solicitar, elogiar, criticar, entre outros. É um gênero de domínio público, de caráter aberto, com o objetivo de divulgar seu conteúdo e possibilitando a sua leitura ao público em geral.

Na atualidade, as cartas do leitor são divulgadas em jornais e revistas de grande circulação e tratam de notícias ou reportagens de temas de interesse nacional, publicadas nesses veículos de comunicação, ou de solicitações feitas pelos leitores, pois é de fácil acesso, revela um contato, por parte deles, com os fatos importantes e recentes da sociedade e está escrito em registro formal ou semi-formal do Português.

Sabemos que nem toda carta do leitor é publicada. Segundo Melo (1999: 28-29), há sempre uma triagem para a seleção das cartas a serem efetivamente publicadas e entre aquelas que são selecionadas para publicação pode haver ainda uma edição, como ocorre normalmente no Jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal da Tarde* ou nas Revistas *Veja* ou *Época*, por exemplo. Por razões de espaço da seção ou por direcionamento argumentativo, as cartas podem ser resumidas, parafraseadas ou mesmo ter informações eliminadas. O que acaba, segundo Bezerra (2002, p. 211), “por configurar-se como uma carta com co-autoria: o leitor, de quem partiu o texto original, e o jornalista, que o reformulou”.

Entretanto, nos jornais do final do século XIX não é bem isso o que se vê. Na verdade, nos jornais selecionados as cartas são apresentadas integralmente e versam sobre os mais variados e distintos assuntos: pedidos, reclamações, comentários, busca de contato com parentes ou amigos, entre outros.

Nas cartas sob análise, encontramos um exemplo significativo em que o escrevente faz uso da estrutura narrativa para contar um diálogo que ouvira, quando estava descansando na ponte do ferrão, entre um senhor português e um estudante brasileiro. Esta carta foi publicada no *Farol Paulistano*, em 15 de março de 1828. Vejamos um pequeno trecho:

(1) “Senhor Redactor – Depois de cessar um pouco essa abundante chuva, que desde o anno passado tem caído todos os dias sem interrupção, quis ver o estado da varzea do Carmo, e se com effeito tinha-se conseguido o fim d’esgotá-la, dirigi-me até a chamada ponte do ferrão, que foi entulhada e vi o pêso das aguas, que não respeita grandes barreiras (...)De volta sentei-me a descansar na ponte fraca e aí estavam talvez ao mesmo fim dois sugeitos, um dos quaes era um Portuguez velho, e Brasileiro novo, (...) Logo que cheguei encetavão elles uma conversação,e por me parecer interessante apenas voltei a casa tracteri d’escrevê-la para me não esquecer, e suppondo que possa alguem julgá-la tambem interessante lh’a envio para que se digne publicar no seu Farol.”

Já a carta selecionada no exemplo (2) - publicada no *Correio Paulistano*, em 22 de julho de 1893 - é construída com base na descrição de um indivíduo. Observemos:

(2) Rio Verde

Ha mezes que appareceo nesta cidade um individuo alto, corcunda, espadaúdo, meio careca; ao longe parece com corvo mestre e outros disem que com o abestruz e eu me inclino para quaesquer das duas aves. Disem chamar-se “Cruz”, este antigo pa- tible de malfeitores, emfim pelo nome não se perca.

Disem tambem ser amphibio, porem não parece pela pelle; que é orgam hoje e outros que é Realejo por ter manivella. Ja ouvi tratat-o de ganso e doutor Scismado, mas não sei se attende por esses nomes. O que sei é que ja foi juiz, cujas bravatas existem em cartorio onde exerceo esse cargo, despachando em um inquerito onde disem, era indiciado e hoje é representante da so ciedade.

Sei mais que scisma soffrer dos pulmões e nem as pedras o convencem do contrario. No jury tem voz aflautada e as vezes parece guincho de vehiculo de duas rodas, e me affirmam mesmo que toca flauta e flautim. Pretende, havendo mudança de situação ser nomeado juiz de direito de uma Comarca visinha. O seu ar é de bôbo e por isso muito esquivo. Advinhem: quem é o biographado ?

Rio Verde, 15 de Julho de 1893.

JOÃO CALDAS.

O gênero carta é um texto que visa a transmitir uma informação ou fazer um comentário para alguém que se encontra distante e apresenta uma estrutura que se instaura a partir de uma organização típica, para uso em contextos específicos. A carta é uma unidade funcional da língua, utilizada em situações específicas: ausência de contato imediato entre o emissor e o destinatário. Entretanto, esta é uma categoria bastante ampla, apresentando uma diversidade de textos e propósitos.

Na visão de Swales (1990), o termo carta faz referência ao meio de comunicação, mas carece, como categoria, de uma indicação de propósito suficiente para alcançar o *status* de gênero.

Realmente o termo **carta** é abrangente e, segundo Silva: “pouco esclarecedor: com exceção do formato externo - cabeçalho, data, assinatura - e algumas expressões formulaicas freqüentes em suas seções iniciais e finais, o corpo da carta permite qualquer tipo de comunicação: desde as vantagens de um determinado cartão de crédito até

informações sobre o condomínio, passando pelas esperadas novidades do amigo que mora no exterior. Todas são cartas, mas não devemos colocá-las na mesma categoria” (p. 121)

As várias possibilidades de uso das cartas remetem a distintos campos de atividades: a propaganda, os negócios, a correspondência pessoal. Essas categorias suscitam o papel que a carta representa na interação social. Nessa perspectiva, podem ser analisados como subgêneros do gênero carta. De acordo com Swales, o termo carta é uma espécie de rótulo conveniente para reunir, supragenericamente, os discursos

Podemos classificar as cartas a partir do propósito comunicativo, do objetivo do emissor ao escrevê-las. Assim, no âmbito das cartas do leitor, podemos estabelecer categorias que se relacionam à intencionalidade do emissor, ou seja, ao propósito comunicativo que a carta estabelece: pedido, agradecimento, informação, reclamação, entre outros.

Os enunciadores das cartas selecionadas em nosso *corpus* são pessoas que vivem na cidade de São Paulo e procuram, através do jornal, atingir propósitos bem específicos e variados. Dentre as cartas levantadas até o momento, destacam-se: pedido; reclamação; desabafo; comentário sobre matéria publicada, comentário ou crítica a políticos, sobre as escolas públicas, as condições das estradas, iluminação pública, limpeza urbana; biografia; confissão.

Em algumas correspondências o propósito é explicitado pelo enunciador, aparecendo em posição de destaque logo no início do texto. Com frequência, o objetivo da carta não é indicado tão claramente, devendo ser inferido. Vejam-se alguns exemplos:

(3) **Escola do Arujá**

Passando pela freguezia do Arujá, tive occasião de ver ali funcionando a escola publica regida pelo *senhor* Caetano Nunes de Siqueira, ha pouco para ali removido. Tem o | distincto professor matriculados sessenta e tantos alumnos em lugar tão insignificante, que muito têm aproveitado, e de entre os quaes alguns ja estão bem adiantados, comquanto para a mesma escola entrassem sem conhecimento algum das materias que ali se ensinão. (...) (Diario de São Paulo, 23 de maio de 1874)

(4) A Companhia de Navegação Paulista

Senhores Redactores. - Li por duas vezes, no jornal de vv.ss., reclamações sobre a irregularidade dos vapores desta companhia e da desconsideração com que se tratava os Paulistas, deixando de os avisar das transferências por meio de annuncios, etc. (...) (A Provincia de S. Paulo, 12 de março de 1875)

Na carta, seqüências narrativas, descritivas, argumentativas convivem harmoniosamente, por isso, muitas vezes, é difícil delimitar as porções de cada tipo textual, que se sucedem numa progressão/transição quase imperceptível. Cabe lembrar que o estudo dessa mescla dos tipos de estruturas textuais não pode ser desvinculado do estudo da organização tópica. (tema de cada carta)

A carta é sem dúvida um gênero discursivo, porém é tida como um gênero complexo. Trata-se, como já se viu, de uma correspondência em que diversas estruturas podem estar na base de sua composição. Talvez para melhor analisar e compreender esse gênero discursivo seja necessário observar o propósito de cada carta, qual a sua função enquanto atividade social, que papéis sociais são desempenhados pelos interlocutores.

Papéis Sociais e Formas de Tratamento nas Cartas do Leitor

Neste momento, importa observar a relação entre os papéis sociais estabelecidos nas cartas sob análise e as formas de tratamento da língua. O conceito de papel social refere-se, segundo Preti (2000, p. 85-86), à participação do homem no grupo social. Na visão do autor:

cada indivíduo tem uma posição dentro de um grupo (seja ele um grupo restrito ou *primário*, como a família; ou um grande ou secundário, como o Estado, por exemplo). Mas, podendo pertencer a vários grupos sociais, pode ocupar também várias posições sociais, Poderá, por exemplo, ao mesmo tempo, ser o pai, na família; o professor, na escola; o jogador na equipe esportiva; o pregador, na Igreja etc. A essas posições sociais definidas do indivíduo no grupo costuma-se chamar *status*.

O papel social é, portanto, a maneira de o indivíduo estabelecer sua correlação vital com outras pessoas. Para Preti, (op.cit), o locutor precisa desempenhar seu papel adequadamente, e isso necessita de um certo esforço consciente para poder produzir a impressão almejada. Desse modo, “a conduta é regulada não apenas conforme o requisitos do papel funcional, mas também de acordo com o que o público espera” (p. 89).

A linguagem é um componente essencial no desempenho do papel social e, segundo, Preti:

ao falarmos, podemos refletir o tempo em que vivemos (variação diatópica); nossa condição sociocultural, profissão, grau de escolaridade (variação diastrática); nosso sexo, faixa etária, ou aspectos de nossa personalidade, como timidez, agressividade (variação psicofísica); a *situação de comunicação* de que participamos, a forma verbal de interagirmos, decorrente do grau de intimidade que temos com nossos interlocutores, do tema que tratamos, da menor ou maior formalidade exigida, que resultará em *registros* diferentes, numa fala *tensa* ou *distensa* (variação diafásica)” (p.89).

Quando se analisa a relação entre os papéis sociais e a variação lingüística adequada para representá-los, merece um olhar especial o estudo das formas de tratamento, ou seja, a maneira por meio da qual os interlocutores se tratam e o que pode representar na interação a escolha de uma forma ao invés de outra disponível na língua.

O uso das formas de tratamento liga-se a fatores diversos, como: intimidade, polidez, afetividade, poder, hierarquia, reverência, solidariedade. Ocorre, normalmente, nos diálogos ou nos vocativos e, nestes últimos, apresentam uma variedade devida à situação comunicativa. Nas cartas do leitor, de modo geral, os vocativos são: Senhor Redactor, Ilustríssimo Senhor Redactor, Senhores Redactores; mas há casos em que o leitor escreve diretamente para um parente, amigo ou conhecido, ou ao público: Querido esposo (carta dirigida a um voluntário da Pátria), Ao Chico Salles, Ao Compadre do Monge, Compadre Pancrácio, Comadre Chiquinha, Amigo Antonio Nardi Vasconcellos Junior, Aos fazendeiros e possuidores de escravos, Ao público, etc.

Na língua portuguesa, o sistema de tratamento pode ser representado por:

- a- formas pronominais: os pronomes pessoais (tu, vós);
- b- formas pronominalizadas: termos com valor de pronomes pessoais (você, o senhor, Vossa Excelência, Vossa Senhoria e suas variações);
- c- formas nominiais: nomes próprios, prenomes, nomes de parentesco ou equivalentes, ou uma variedade de nomes empregados como vocativos ou formas de chamamento.

O uso de qualquer uma dessas possibilidades depende das relações entre os diversos *status* sociais e os papéis para desempenhá-los. Entretanto, alguns usos podem-se fixar por mais tempo do que outros, em virtude da dinâmica das transformações sociais. Cabe observar que, nas relações entre *status*, não é possível passar, de repente, de um tratamento mais formal como *o senhor* (que implica autoridade, poder) para *você* (que implica intimidade, solidariedade), sem marcar a mudança de papéis sociais.

De acordo com Robinson (1977), pode-se estabelecer uma norma de *status* ao se estudar as variações de tratamento, para demonstrar as convenções sociais que orientam o uso das formas de nos dirigirmos a um interlocutor, no desempenho de nosso papel social,

Com base nos trabalhos de Brown e Gilman (1960), pode-se analisar uma *semântica do poder* e outra da *solidariedade*, separando os dois grupos de tratamento que servem para evidenciar as posições manifestadas nas diversas relações sociais: patrão/empregado (*status* ocupacional), jovem/idoso (*status* etário), entre outros.

Segundo Robinson (op.cit, p. 126), sociedades que apresentam uma hierarquia muito forte, com manifestações de *status* atribuído (nobre/plebeu, em séculos passados), possuem uma série de formas de tratamento discriminativas, graduadas e co-ocorrentes com outros traços lingüísticos. Esse fato caracteriza a semântica do poder. Ainda hoje, em

sociedades modernas, encontram-se resquícios fortes dessa presença, com a permanência da classe nobre com *status* e papel social definidos.

Em sociedades com *status* social adquirido, os tratamentos apresentam variações e, conforme Preti, as formas de tratamento indicam aproximação maior e intimidade entre os interlocutores, o que constitui a semântica da solidariedade.

Em tais sociedades, como ocorre em muitos países da América, onde há menos formalidade, o sistema de tratamento apresenta-se mais simétrico, cujas variantes antes indicativas de graduação de poder expressam também intimidade e solidariedade (*você/tu*). Assim, muitos traços diferenciadores acabam, gradativamente, perdendo esse emprego.

Na atualidade, há a tendência a um progressivo desaparecimento de formas de tratamento indicativas de poder. No Brasil, um traço característico dessa mudança está em algumas formas de tratamento, como *você* e seu uso ampliado em relação a *o senhor*, conforme Preti, evidenciando uma “quebra de formalismo” (p.94).

Talvez a transformação mais relevante das formas de tratamento no Português do Brasil diga respeito ao uso de *tu* e *você*. O sistema reduziu-se ao uso de *você*, tanto para indicar intimidade como cortesia, deixando a maior ou menor intimidade para a oposição *tu/o senhor*, o que não ocorre no Português Europeu em que *tu* (forma pronominal)/*você* (pronome de tratamento) indicam intimidade/igualdade.

Entretanto, no século XIX é difícil distinguir com rigor o uso das duas formas *tu* e *você*. Pode-se afirmar que ambos os tratamentos se integram na semântica da solidariedade. Já para o plural ficou somente a forma *vocês*, visto que *vós* desapareceu da língua falada no Brasil, sendo utilizado apenas na oratória pública.

Em suas pesquisas Lopes e Duarte (2004) baseadas em *corpora* diversificados (peças teatrais portuguesas e brasileiras e cartas pessoais) revelam que a forma *Vossa*

Mercê conserva, nos séculos XVIII e XIX, seu caráter de cortesia e respeito, sendo utilizada nas relações de inferior para superior. Já Rumeu (2004) identificou a presença de *Vossa Mercê*, no século XIX, em cartas trocadas entre pessoas de nível social equivalente. A forma pronominal *tu* (mais freqüente e em competição com *você*) aparece como estratégia prioritária nas relações simétricas entre integrantes de um mesmo grupo social e nas relações assimétricas de superior para inferior em cartas familiares do mesmo período. Segundo Rumeu, na medida em que vão sendo ampliadas as amostras e novas descrições com diversos tipos textuais, mais se torna evidente o comportamento híbrido do uso da forma *você* entre os séculos XVIII e XIX e o emprego majoritário de *tu* em cartas pessoais.

Cintra (1972) explica que nos primeiros anos da língua portuguesa verifica-se um uso do sistema de tratamento diferente do atual. Não havia tratamentos do tipo nominal e a oposição se estabelecia entre *tu/vós* (plano da intimidade) *versus* *vós* (plano de cortesia ou distanciamento).

Esse processo de mudança, segundo o autor, pode ser correlacionado ao processo de hierarquização social cada vez mais intenso. *Vossa mercê* (tratamento para o rei usado em 1460, desaparece em 1490). A degradação hierárquica torna-se progressiva e a forma passa a referir-se a duques, depois a infantas, a fidalgos e, no século XVI, Gil Vicente a utiliza em suas peças teatrais para patrões burgueses. *Vossa Senhoria* é outra forma que também passa por mudanças, embora em menor escala, perdendo gradativamente sua reverência. Seu uso tem início como tratamento ao rei, depois a fidalgos da nobreza e se estabelece em nível superior a *Vossa Mercê*. Por outro lado, *Vossa Alteza* se especializa como tratamento ao rei no século XV. No ano de 1586, na Espanha, e em 1597, em Portugal, Felipe II estabelece legalmente como devem ser empregadas as formas de tratamento.

No século XVIII, *vós*, empregado para um único interlocutor era tido como traço arcaizante e praticamente cai em desuso. Em seu lugar entra a forma *ocê(s)*, originado das referidas fórmulas, mas desgastado fonética e semanticamente. Conforme Cintra (1972, p. 35-38) “estava o caminho aberto para a progressiva invasão e expansão das outras formas substantivas que levam o verbo para a 3ª. pessoa”

Em nosso *corpus*, porém encontramos uma carta publicada no jornal *Correio Paulistano*, em que o remetente trata seu interlocutor por *vós*:

(5) Para que *vos metteis* a tralhão, meu rabula quadrado? Já que *fallasteis* em uso fazendo lei, *pergunto-vos*, com que condição ousou fazer lei?” e mais adiante alterna o uso de *vós/tu* ao usar o imperativo: “Ora *ide* plantar batatas. Se reincidirdes chamo-*vos* á palmatoria (...) Ande, *vai* para escola orelhudo (22 de junho de 1854).

Neste exemplo, observa-se uma crítica bastante violenta por parte do escrevente, que se dirige a seu interlocutor como: parvo, bolonio, meu pedaço d’ asno, rabula, entre outros.

Entretanto, há outro exemplo em que a esposa escreve para o jornal, dirigindo uma carta a seu esposo: um voluntário da pátria, empregando o pronome *vós*.

(6) Carta dirigida a um Voluntario da Patria

Querido esposo.

Embaú 10 de Setembro de 1865.

Tive o delicioso prazer de receber a *vossa* prezada carta, com data de 18 do proximo passado mez, a qual me encheu de orgulhoso prazer por ter certeza de que *vos* achavas gosando perfeita saude, e as rogativas que faço a bem aventurada virgem é que ao receberes esta *vos* acheis no goso da mesma. Eu me acho com saude, graças a Deus, assim como todos os nossos filhinhos, no numero dos quais podeis contar mais um, que hontem veio à luz, scientificando-*vos* que fui muito feliz e até o presente acho-me sem alteração em minha saúde.

Caro esposo, não sei como vos possa relatar as amarguradas saudades que de ti tenho, não sei como exprimir-vos, as grandes angustias que soffre o meu coração! a *vossa* estada nessa capital me enche de prazer, e ao mesmo tempo de tristeza, pois que ahí estaes isento de soffreres os asares que a guerra occasiona aos soldados que correm em defeza de sua patria ultrajada, porém mais retardada a *vossa* tão desejada vinda

(...)

Quanto a mim só *vos* posso protestar os mais sinceros votos de estima amizade e fidelidade, e *vos* envio o saudoso e fiel coração, e um apertado abraço, por ser como sempre serei

Vossa estremosa, constante, e fiel esposa.

Eulalia Maria Silveria (Correio Paulistano, 26 de setembro de 1865)

O uso de *vós* para a segunda pessoa do singular, como já vimos, é considerado um arcaísmo que se mantém em situações de reverência e prestígio, constituindo um exemplo de semântica do poder; entretanto no exemplo citado (5) o uso de *vós* cria um efeito de sentido de ironia e descaso em relação ao interlocutor, uso esse que se mescla com o de *tu*, já que o poder e o prestígio são trocados pelo descrédito e pela inferioridade.

Quanto às expressões utilizadas nas relações de poder, incluem-se todas as formas pronominalizadas, com exceção de *você*: *vossemecê, o senhor, a senhora, a senhora Dona, o senhor Dr., o cavalheiro, V. Exa. V. S^a.*, entre outras. Tais formas indicam respeito, hierarquia e são usadas de acordo com o *status* atribuído ou adquirido dos interlocutores. Observemos alguns exemplos:

Para dirigir-se ao redator do jornal, o interlocutor usa formas diversificadas. Há casos em que emprega *Vossa Senhoria*, como no exemplo (7), escrito por uma lavadeira. Já há outros, em que o escrevente utiliza a forma *Vossa Mercê*, alternando com *o senhor* como no segmento (8) e outros ainda, em que o interlocutor usa o pronome de tratamento *você*, como em (9), embora o vocativo empregado seja *o senhor*. Nesses exemplos, verifica-se uma variação no uso da forma para dirigir-se ao redator, interlocutor conhecido apenas por intermédio do jornal, sem caráter íntimo ou de grande conhecimento partilhado.

(7) Consequencias da nova numeração.

Senhor redactor.

Sou lavadeira e engommadeira, e tenho sempre exercido as minhas modestas profissões com applauso do *Senhor* publico e dos meus freguezes da academia. Morei d'antes no becco do inferno e ha cousa de 3 mezes mudei-me para esta sua casa, onde vivia tranquillamente em quanto na cimalha da porta se lia o NUMERO 20, mas o proprietario querendo embellezar o front-spicio do seu predio entendeu que devia mandar caial-o, o que fez, empregando em tal obra um *senhor* pintor muito chué que borrou-me o 2 do vinte, e ficou minha casa com o numero – 0 – !

Ora, eu sou muito procurada pelos meus freguezes e por isso quando elles indagão da minha casa preciso dizer-lhes o nome da rua e numero da porta, para que eles vão lá direitos.

(...)

Ora, como conto a vossa senhoria já tudo isto erão tristezas para a minha alma e por isso tencionava mudar-me do meu cazebre.

(...)

Vossa senhoria que é muito perspicaz hade notar os meus prejuizos e em virtude delles espero que reclamará em | meu favor, afim de que me seja restituída a cifra no seu lugar, ao contrario eu pinto na porta o que me parecer e não dou cavaco á nação. Eu não vivo de borrões na porta, entenda-se.

Estou zangada e não quero articular mais. Peço-lhe que me olhe pela cifra como cousa sua.

Até a primeira.

Sua criada

Apollinaria Gerundia de Mattosinhos (Correio Paulistano , 12 de agosto de 1865)

(8) Lembranças minhas

Senhor redactor.

Sou uma assignante das suas folhas por minha conveniencia e das meninas, que gostão de ler os romances e as pilherias que o snr bota todos os dias

Na realidade são muito bonitas.

Vmc. é muito espirituoso, e aquella sua cousa do jry já me arreventou os cordões às saias de tanto rir.

(...)

O senhor bota sempre nos jornaes os preços dos comestiveis e etc; mas não falla do preço das costuras, nem do valor dos ovos. Isso é uma falta, perdoe-me.

Olhe, se não se costurasse, nós andavamos nús. Credo, que vergonha! Não acha?

E os ovos são muito peitoraes. Se em vez do expediente do thesouro vmc. pozesse o custo destas cousas, olhe que havia de ter mais assignantes.

(...)

Conforme fôr, se eu vir que o negocio deixa, dou mais elasticidade ao estabelecimento e o snr. ha de ter um interesse sacudido!

Faça alguma cousa neste assumpto que não hade perder comigo.

Desculpe o bote de rapé Princeza, que envio para consolo dos seus narizes.

Sua predilecta

Generosa Máxima (Correio Paulistano ,São Paulo, 25 de agosto de 1865)

(9) Quero mais “Correios”

Senhor redactor. – Findou-se hontem o bixesto de 1864.

Segundo os annuncios que você fez no seu jornal a cousa não correu lá muito agradável.

Quebras, guerras, chuvas de pedra e outras polemicas tudo incommodou os nossos cidadãos.

A mim, graças a *São* Benedicto, de que Sou irmão, não me chegou mal. Só tive augmentos; e senão veja;

A minha Eva deu à luz um pequeno, que se chama Juca, e já tem dous dentes.

As galinhas pozeram ovos como nunca se vio.

Nasceu-me um bezerro e as cabras pariram todo o anno que foi o diabo.(...)

De forma que, pelo que lhe digo, fique você sciente que nada me falta e tenho mais do que preciso. |

Nas horas vagas leio o seu *Correio Paulistano* que traz sempre bem boas pêtas, e depois embrulho queijo no papel.

Agora, como o tal anno acabou-se, a mulher disse-me que escrevesse ao homem das folhas para tornar a ser assignante.

Eu não queria mais saber de historias; mas emfim mande você outra vez o *papelucho*, e ahi vai o cobre para 6 mezes.

Ponha este anno cousas bem engraçadas; quero-me rir a custa dos tolos; senão dou com o jornal nas ventas do folheiro e leva tudo o diabo.

Por oras, adeos e sou

O Seu freguez das folhas

Mendo Paes (Correio Paulistano, 01 de janeiro de 1865)

Biderman (1972-73, p. 358-359) apresenta os usos das formas de tratamento no mundo de fala portuguesa na Idade Média e afirma que o *tu* era marca de intimidade, afeto, emotividade ou ainda de inferioridade. Já o *vós* indicava não-intimidade, distância ou respeito e superioridade. No mesmo uso de *vós*, encontramos as formas *Vossa Mercê*, *vossa Senhoria* e *Senhor*.

A forma *você* aparece, provavelmente, no século XVIII como tratamento intermediário entre *tu* e *Vossa Mercê*. Para Biderman, *você* e *Vossa Mercê* coexistem nesse século e como apresentam valores ligeiramente diferentes, a autora não sabe se teria derivado da evolução de *Vossa Mercê* como afirmam alguns estudiosos, dentre eles José Pedro Machado:

Quando se consideram as inúmeras variantes de *Vossa Mercê* levantadas por Plà Cárceres na literatura dos séculos XVI, XVII e XVIII, outra hipótese pode ser aventada. O tratamento de *Vossa Mercê* deve ser importado da Espanha. Ao, no final do século XVI e primeira metade do século XVII, Portugal estava sob o domínio espanhol. Além disso, as relações entre as sociedades portuguesa e espanhola sempre foram muito intensas e estreitas desde os tempo medievais. Compare-se agora variantes espanholas como: *voaçed*, *vueçed*, *vassuncê*, *vuaçed*, *voazé*, *vuazé*, *vuezé*, todas registradas por Cárceres. Note-se quão vizinhas se encontram foneticamente de *você*. *Vassuncê* do repertório de Cárceres também se encontra nos meios rurais portugueses e brasileiros, a par com *Vosmecê* e *ocê*. Essa última freqüente na fala urbana brasileira de vários níveis. Talvez *você* simplesmente represente uma daquelas variantes que corriam na Espanha senão em toda a Pensínsula Ibérica (p. 363).

Cabe apontar ainda que no Brasil a substituição de *tu* por *você*, como forma de tratamento familiar e íntima, deve ter ocorrido na passagem do século XIX para o XX. Por isso no *corpus* sob análise a forma *você* é a menos encontrada, há poucas ocorrências e uma delas já foi comentada no exemplo (9), outra está no exemplo (10), no qual o escrevente dirige-se à mãe, empregando a forma *Vossa mercê*; já para interagir com o irmão, usa o pronome *você*.

(10) Minha mãe, hoje 25 do corrente de 1865. – Cidade de São Paulo. – Corpo de Voluntarios da Patria.

Oh! que satisfação para mim em saber que estas miseraveis letras vão achar a v.mc. com feliz saude em companhia de toda nossa familia; vou por meio d'esta pedir-lhe sua benção, e participar-lhe os successos de minha vida, hoje 25 de março, para mim um dia festivo, foi hoje que vi sahir o batalhão dos voluntarios da patria, acompanhado pela musica voluntaria; ia então adiante do batalhão o

commandante do corpo voluntario commandando todo aquelle exercito no largo do paço ao encontro do presidente

(...)

Oh! minha mãe lembre-se de mim, porque de vossa mercê não me esqueço; aceite um louvado meu, não repare na nota da carta porque, ah! esta carta foi notada com lagrimas;... pois adeus mamãe, oh! meu pae lance-me tambem sua benção, Joãozinho lembrai-vos de mim, que eu logo vou para a batalha, n'essas campanhas do Paraguay. Tive 200\$000 de gratificação, mas nada posso mandar, nada para você nem para nossa mãe, o que confesso com pezar. Adeos, Joãozinho, de vosso irmão que muito vos estima o

Felix de Amaral Gurgel. (Correio Paulistano, 28 de março de 1865)

Para ilustrar a fase de uso de formas variantes de *Vossa Mercê*, encontramos cartas em que uma senhora dirige-se a uma comadre, empregando a forma *mecê*, como no exemplo (11). Há outra em que o escrevente emprega a forma *vocemecê* e *vossa mercê*, indistintamente para interagir com o redator (12); e outra em que usa a forma *voçunce* para dirigir-se ao redator (13).

(11)

Comadre Chiquinha

Muito estimarei que ao receber estas mal traçadas regras, se ache já quasi boa do seu romatismo. Eu, louvado seja Deus, vou indo boa de saude, andando somente tresnoitada, porque, além de estranhar a casa, que não é como aquella em que morei na Luz, não tenho podido mais pregar olho com a gritaria das sentinellas da cadêa, que tem garganta como esses barcos que os estrangeiros inventarão pr'a bala não furar. Olhe, nha Chiquinha, berrão, berrão os taes como as vaccas na porta do quintal, chamando as cria.

Mariquinha, que mecê sabe que soffre muito das lombrigas, leva a noite inteira se acordando assustada com | semelhantes berros.

(...)

Arrematando esta, peço-lhe o favor de ver se por ahi ha alguma casinha vaga, porque quero me safar daqui como o diabo da - cruiz.

Adeus; espero sua resposta

Sou sua comadre

Tudinha (Correio Paulistano, 20 de agosto de 1865)

(12) O feijão e os atravessadores

Senhor Redactor:

Vocemecê é homem da imprensa, vive sempre preocupado com as poesias e não ha de saber do que se passa no mundo de chilra prosa em que eu e minhas comadres vivemos. Pois, eu quero sempre dar-lhe uma prosinha do meu mundéo para que vmc. faça uma pequena idéa dos transtornos em que vivemos.

(...)

Em fim de contas eu o que quero é providencias sérias. A minha e a barriga de minha familia, não póde estar exposta aos botes dos atravessadores; e por isso - rogo a vossa mercê que atice a policia nesses miliantes e dê com elles no chelindró.

Eu prometto-lhe um balainho de óvos frescos se vossa mercê fizer com que os taes vendeiros dêem o feijão por uma continha que não aleije os pobres.

Sou uma sua creada

BALBINA ROSA. (Correio Paulistano, 24 de abril de 1865)

(13) Duas regras

Senhor redactor.

Ha muito tempo que andava com ganas de dar uma pennada na imprensa de voçuncê; mas entonces como não sei retolica, tinha scismas que voçuncê havia-se pôr com partes. Mas já hoje vi no seu pharol annun- ciada uma descomponenda de nha Amalia, cosinheira que foi do defundo senhor conego meu padrinho, que Deus haja, e isso me pissui de animo para botar nas folhas umas regras. Eu conheço voçuncê de outras eras; voçuncê é que não se lembra de mim; eu estava alugada na casa do seu bispo *Dom* Matheus, no tempo em que voçuncê foi lá botar a Chrisma em voçuncê mesmo. Eu bem me lem- bro disso.

Mas saiba voçuncê, que eu sempre fui muito faceira e gostei de me aceiar, quando veio a lei da gente varrer a sua testada eu varria a minha á missa das armas, e quando os homens da carroça passavão no meu bequinho já achavam a lixarada n'uma montoeira.

Vai agora apparece um dia destes um velhote com uma espada grande e pistola na mão e manda que eu metta a montoeira para dentro. Isto, senhor redactor, não se faz a uma viuva honrada. (...)

Nas suas folhas argue em meu beneficio, e eu fico rezando por sua alma ao *Senhor São* João no meu rosario, que me deixou minha avó.

Se lá apparecer a nha Amalia voçuncê dê-lhe lembranças minhas.

Uma sua serva.

Nicota Gertrudes. (Correio Paulistano , 24 de junho de 1865)

Por meio dos exemplos, verifica-se que as formas - *Vossa Senhoria*, *Vossa Mercê*, *o senhor*- usadas pelo escrevente para dirigir-se ao redator ou a um parente denotam respeito em relação ao papel social desempenhado pelo interlocutor, entretanto revelam também que a forma *Vossa Mercê* está passando por uma fase de transformação devido à variação com que é empregada, dependendo de quem é o escrevente e a que classe social pertence.

Interatividade nas Cartas do Leitor

A interatividade é definida, por Marcuschi (1999, p. 143), como “o movimento típico e explícito do escrevente direcionado a um leitor pretendido”. Desse modo, as marcas de interatividade são constituídas por expressões ou formas lingüísticas que subentendem a presença de um leitor a quem o escrevente se refere de modo claro e sem qualquer ambigüidade em determinado contexto situacional.

A relação dessas marcas com a gramática evidencia-se pelo fato de essas formas lingüísticas serem usuais na língua, ou seja, são empregadas de acordo com as possibilidades que o sistema de língua portuguesa permite.

Tal uso faz parte de um movimento próprio do processo de textualização cuja presença do interlocutor evidencia-se na própria construção textual. As cartas são casos típicos de textos que permitem um uso intenso de marcas de interação, mas isso não quer dizer que outros gêneros não o permitam.

Observemos a carta (14), na qual destacamos algumas dessas marcas:

(14) Cartas familiares IV

COMPADRE PANCRACIO. –

Não começo por perguntar-lhe noticia de sua saude, porque pela ultima que me escreveo fiquei sabendo que está rijo como um cerne, fresco como uma alfaca, e alegre como um medico em tempo de epidemia. Tambem pudera não ser assim. O compadre passa um vidão, mora no meio da abundancia, sente o aroma das flores, e das arvores, bebe boa e cristalina agua (Não repare, poetissimo compadre), neste estylo que é muito geral nesta cidade).

Como ia dizendo, come boa carne de porco, ou de gorda vitella, passeia no seu pomar, colhe e engole por desfastio um suculento pecego, ou uma tenra banana, dorme a sesta na sua rede, a noite toma o saudavel e puro café, e quando tem mais appetite manduca o seu prato da nutriente cangica, e dorme o sonno do justo depois de ter resado o infallivel terço com a familia. E deixe correr 365 dias por um anno.

Ora realmente felicissimo compadre, uma vidinha destas é para chegar com certeza á idade do defunto Mathuzalen, que nem eu, nem o compadre conhecemos.

É verdade que o anasphaltissimo compadre por isso mesmo anda no mundo da lua, a respeito de progresso *progressante* não encherça um palmo adiante do nariz; e para de todo não ficar obtuso é mister que eu o vá, com estas minhas cartas burnindo, e tirando-o do estado quasi natural em que se acha.

Tenha paciencia, compadre, Deus me defenda de deixa-lo (o compadre, não a Deus) fazer figura ridicula; tenha paciencia, heide dezabuzal-o. compadre, todo adubado com milho, e outras coisitas mais, coisa boa; lê o *Correio Paulistano*, faz o seu toilette, isto é, lava o rosto, pentea-se, calça as chinela, veste a ceroula, a calça, o casaco, etc., fuma o seu charutinho; e assim chega até as 10 horas, que é a hora do almoço, já se sabe, coisa fina, carne quasi sempre de boi pesteadado, dizem que está reconhecida que é mais saborosa, assim como a carne de dois e tres dias, por que fica mais macia; não sabia desta, compadre, pois [v]lá aprendendo, que muito tem que aprender.

O leite aqui compra-se já adubado com agua e polvilho, que lhe dá um sainete excellente. O pão, isso então, compadre de uma figa, é coisa grande; temos pão de todas as nações; pão francez, italiano, hespanhol, portuguez, allemão, e não sei se até o pão turco; cada um com seu differente feitio, e alguns bem engraçados; e quanto ao sabor, isso nem falleemos, é comer e gritar por mais; uns tem um gostinho de azedo, que é um regalo, outros com uns longes de môfo que o torna verdadeiramente appetoso, estes claros, aquelles de uma côr mais trigueira, outros ainda mais, que até fazem uma vista agradável na mesa. Dizem-me que este genero está n'uma tal perfeição, que emprega-se na sua manipulação todas as farinhas conhecidas e desconhecidas, e é isto que o torna cada vez melhor. A respeito de pão dir-lhe-hei, impertinentissimo compadre, que só não temos o - Pão nosso de cada dia.

O jantar tem sempre lugar a hora da sua merenda, frugalissimo compadre, compõe-se de - todas las cosas e algumas cositas mais, tudo iguarias papafina.

Quanto ao vinho e ao chá, isso nem é bom fallarmos, ha tal abundancia, e variedade que eu iria longe, se quizesse descrever-lhe. Que perfeição ! que gosto! O compadre póde comprar uma garrafa de vinho de 640 ou de 800 rés, que com essa só garrafa terá vinho, aguardente, licor, rozasolis, cognac, cerveja, etc. Faz pra-zer ainda ao paladar mais estragado.

O chá antigamente era uma bebida desenxabida, hoje não senhor, principia pela côr que é de um amarello requemado, e tem um gostinho de *sassuaiá* com seus longes de *sabugueiro*, que melhor não pôde ser.

Compadre, ha hoje uma transformação em tudo isto que aposto o que quizer em como se o compadre viesse comer um dia ás nossas mesas, não saberia o que estava comendo, talvez cuidasse que estava saboreando os celebres bicos de rouxinol, e o manjar dos anjos, com que nos regalão os ouvidos quando somos crianças.

Agora do que o compadre mais se havia de admirar seria do preço de tudo isto. O'he, com qualquer 8\$ rs. por dia o compadre pôde almoçar, jantar e ceiar! Realmente é de graça.

Uma coisa que não temos nesta nossa boa cidade do Apostolo das gentes, quem o acreditaria! é agua. Mas declaro-lhe, sequiozissimo compadre, que não faz falta. Temos tanto liquido de diversas naturezas que realmente a agua deve ser banida de uma vez; não deve servir nem para a lavagem do corpo. E que bom não será banharmo-nos em caninha, cerveja, cognac, ou Cliquot? Que aroma delicioso não exalará uma cidade que adopte este higienico, e agradável costume?!

Agora, aceiadissimo compadre, á noite quando depois de repletos de tantas delicadas, e variadissimas iguarias, sahimos a dar o nosso passeio higienico, que prazer sentimos, quando ao passarmos por uma esqui- na, vemos correr della uma agua grossa com forte cheiro de sal amoniaco, ou quando encontramos um grande e alto carro conduzindo grande quantidade do verdadeiro patcholly, que deixa evaporar o mais ex- quisito aroma conhecido! Que bem estar não sente um filho de Deos ao passar pela rua do Rosario, em frente a casa que pertenceu ao seu velho amigo capitão Severino! Oh compadre de um dardo, é que é o verdadeiro viver no seio de Abrahão; agora é que se pôde dizer com verdade - esta vida não chega a netos, nem a filhos com barbas.

Afirmão-me, compadre, que a policia tem ultimamente visitado as casas de negocio, e inutilizado muitos generos deteriorados, falsificados, etc.. mas realmente, austerissimo compadre, acho que a policia não tem ra- são, e que de alguma fôrma vae contra a plena liberdade do commercio. Os nossos commerciantes apenas o que fazem é melhorar o genero, fazendo diversas mis turas, e porisso, variando-o, tudo em beneficio do povo. E o compadre sabe perfeitamente que a variedade deleita, como dizia o outro.

Era o que faltava que homens que vivem só pensando no modo de nos ser *util e agradável* soffressem nos seus interesses. Nada, não admitto, e para enristar a lança por elles estará sempre prompto o seu velho compadre

O ZÉ DA VESTIA. (Correio Paulistano, 21de janeiro de 1864)

Na carta sob análise, todas as partes destacadas com sublinhado apresentam uma relação interpessoal direta do escrevente (O Zé da Vestia) com seu destinatário (Compadre Pancrácio). Tudo transcorre como se ele estivesse na presença de seu interlocutor (Tenha paciência compadre; não sabia desta compadre; Agora aceiadissimo compadre). Evidencia-se, assim, que o gênero carta pessoal tem um interlocutor definido, único, bem delineado e íntimo. Além disso, há uma suposição de conhecimentos partilhados que sustenta uma série de afirmações ou comentários que escapam aos demais leitores do jornal.

Quanto a elementos característicos da interatividade, veja-se a própria construção de vários trechos da carta no estilo de atos ilocutórios (Não repare; Tenha paciência; vá aprendendo, que muito tem que aprender), perguntas (não sabia desta, compadre). Outro

indício de relação direta com o interlocutor são os vocativos (poetíssimo compadre; felicíssimo compadre, anasphaltíssimo compadre, compadre de uma figa; aceiadíssimo compadre, austeríssimo compadre, Oh compadre de um dardo, impertinentíssimo compadre, etc). Há ainda o uso de marcadores discursivos - agora, então, assim, mas realmente, acho que, olhe - que encadeiam as seqüências textuais e estabelecem um envolvimento com o interlocutor.

Considerações Finais

Os exemplos apresentados evidenciam um estágio de transição relativo às formas de tratamento em que há reflexos de um passado vindo das formas empregadas em Portugal e projeções do que já está consolidado no presente em relação ao português brasileiro, mais especificamente em São Paulo: uso da forma *você* em que persiste a especificação original de 3ª. pessoa (cf. Lopes e Machado: 2005), embora a interpretação semântico-discursiva passe a ser de 2ª. pessoa, mas correlacionada ora com as formas de 2ª. (*te/teu/vos/voosso*) ora com 3ª. pessoa (*seu(s)*)

As marcas de interação, pro sua vez, revelam que o enunciador/escrevente age visando a um envolvimento multiorientado (cf. Marcuschi, 1999), dado que se envolve:

- a- com seu interlocutor (o leitor a quem a carta está dirigida e aos prováveis leitores do jornal);
- b- com o tópico discursivo em desenvolvimento (o assunto tratado na referida carta);
- c- consigo mesmo;
- d- com práticas sociais específicas (na carta, o contato pessoal).

Desse modo, tais marcas são uma característica primordial do processamento lingüístico oral ou escrito. Numa perspectiva cognitiva, podemos dizer – em conformidade com Marcuschi (1999) que o processamento textual, enquanto atividade/movimento de produção e recepção de texto apresenta aspectos comuns na fala e na escrita, ou seja, a interatividade não é uma estratégia típica da fala e pode ocorrer na textualização da escrita. A interatividade é uma característica que está relacionada ao escrevente/locutor e sua ação com a língua, e não apenas um aspecto da modalidade (oral/escrita). Assim, a dialogicidade será tanto maior quanto mais definido for o interlocutor.

Em síntese, as marcas de interatividade nas cartas atuam como operadores de orientação cognitiva, evidenciando perspectivas de interpretação preferencial por parte do escrevente/locutor. Além de marcas estilísticas, são formas de ação com a linguagem (atos de fala) que estabelecem contratos, fazem negociações, propostas e definem posicionamentos para uma relação intersubjetiva eficaz.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. (1984) Walter Benjamin épistolier. In ADORNO, Theodor W. *Notes sur la littérature*. Paris: Flammarion.
- BAKHTIN, Mikhail. (1927) *Discurso na vida e discurso na arte (sobre a poética sociológica)* Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza, a partir da tradução inglesa de I. R. Titunik “Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics”. In: *Freudism*. New York: Academic Press, 1976 (cópia xerox).
- BAKHTIN, Mikhail. (1929) *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. M. Lahud, Y. F. Vieira e outros. São Paulo: Hucitec, 1979.

BAKHTIN, Mikhail. (1997) *Estética da Criação Verbal*. 2.ed., Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes.

BEZERRA, Maria Auxiliadora (2002) Por que cartas do leitor na sala de aula. In: A P. Dionísio, A R Machado e M. A Bezerra. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna.

BIDERMAN, Maria Teresa C. (1972-73) Formas de tratamento e estruturas sociais. *Revista Alfa*. Marília: FFCL de Marília, vol. 18/19, p. 339-381.

BOUVET, Nora E. (2006) *La escritura epistolar*. Buenos Aires: Eudeba,

BRAIT, Beth (1993) O processo interacional. In: Dino Preti (org.) *Análise de Textos Oraís*. São Paulo: Humanitas, Projetos Paralelos, vol. 1, p. 189-213.

BRAIT, Beth (2002) Interação, gênero e estilo. In: Dino Preti (org.) *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas, Projetos Paralelos, vol. 5, p. 125-158.

BROWN, Robert e GILMAN, Albert The Pronouns of Power and Solidarity. In: T. A Sebeok. *Style in Language*. Press of MIT, p. 253-276.

CASTILHO, Ataliba; MODOLO, Marcelo; OLIVEIRA, Marilza e KEWITZ, Verena.(2006). Cartas em jornais oitocentistas. In: BARBOSA, Afrânio e LOPES, Célia (orgs.) *Críticas, queixumes e bajulações na imprensa brasileira do século XIX: Cartas de leitores*. Rio de Janeiro: UFRJ-FAPERJ, p. 225-274.

CINTRA, Lindley F. (1972) *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

LOPES, Célia e DUARTE, Maria Eugenia L. (2004) De *Vossa Mercê* a *Você*: análise da pronominalização de nominais em peças brasileiras e portuguesas setecentistas e oitocentistas. In: BRANDÃO, S. F.; MOTA, M. A. (orgs.) *Análise contrastiva de variedades do Português: primeiros estudos*. Rio de Janeiro: In-Folio, p.61-76.

LOPES, Célia e MACHADO, Ana Carolina M. (2005). Tradição e inovação: indícios do sincretismo entre a segunda e a terceira pessoas nas cartas dos avós. In: LOPES, C. (org.) *A norma brasileira em construção: Fatos lingüísticos em cartas pessoais do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAPERJ, 45-66.

MAINGUENEAU, Dominique (2001). *Análise de textos de comunicação*. Trad. Maria Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez.

MARCUSCHI, L. A (1999) Marcas de interatividade no processo de textualização da escrita. In: A. C. S. Rodrigues, I. M. Alves e N. S. Goldstein *I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, p.139-156

MARCUSCHI, Luiz Antonio (2001) *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez.

MARCUSCHI, Luiz Antonio (2001a) Letramento e oralidade no contexto das práticas sociais e eventos comunicativos. In: SIGNORINI, Inês (org.) *Investigando a relação oral/escrito*. Campinas: Mercado de Letras, p. 23-50.

MELO, Cristina. T.V. (1999) *Cartas à redação: uma abordagem discursiva*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP.

PRETI, Dino (2000) Papéis sociais e formas de tratamento em *A Ilustre Casa dos Ramires*, de Eça de Queiroz. In: Beatriz Berrini (org.) *A Ilustre Casa dos Ramires – Cem Anos*. São Paulo: EDUC/FAPESP, p. 85-109.

ROBINSON, William P. (1977) *Linguagem e comportamento social*. Tradução de Jair Martins. São Paulo: Cultrix.

RUMEU, Maria Cristina de B (2004). *Para uma história do português no Brasil: formas pronominais e nominais em cartas setecentistas e oitocentistas*. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, UFRJ. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras.

- SILVA, Vera L. P. (1997) Variações tipológicas no gênero textual carta. In: I. G. V. Koch e K. S. Monteiro de Barros *Tópicos em Lingüística de Texto e Análise da Conversação*. Natal: EDUFRN, p. 118-124,
- SWALES, John. (1990) *Genre analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.